

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 3 | 2014

*Guerra e Opinião Pública nos
Estados Unidos: O Caso da Guerra
do Iraque em 2003*

Cláudio Júnior Damin

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

GUERRA E OPINIÃO PÚBLICA NOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DA GUERRA DO IRAQUE EM 2003

Cláudio Júnior Damin¹

Resumo: O artigo aborda a relação existente entre guerra e opinião pública nos Estados Unidos. O artigo foca na análise do caso da Guerra do Iraque iniciada em março de 2003 durante os mandatos de George W. Bush. Esse conflito insere-se no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, sendo parte constitutiva da chamada “guerra global contra o terrorismo”. A primeira hipótese de trabalho é a de que inicialmente e reproduzindo padrões históricos anteriores, a guerra foi amplamente aprovada pela população norte-americana, processo que se prolongou por alguns meses e influenciou decisivamente para a reeleição do presidente republicano em 2004. Como segunda hipótese assevera-se que, passado algum tempo, o humor da opinião pública sofreu uma inflexão, diminuindo a aprovação popular à guerra e tendo como importante desdobramento a derrota dos republicanos na eleição de 2008, com o conflito ainda em curso. Espera-se mostrar, portanto, como a Guerra do Iraque pode ser dividida em duas fases distintas, sendo a primeira de bônus para o governo de George W. Bush e seus correligionários republicanos e a outra de ônus a partir do crescimento do número de baixas militares norte-americanas e da crise de credibilidade do governo no que concerne às perspectivas de vitória definitiva no conflito.

Palavras-chave: Estados Unidos, Guerra do Iraque, Opinião pública.

WAR AND PUBLIC OPINION IN THE UNITED STATES: THE IRAQ WAR IN 2003

Abstract: The article discusses the relationship between war and public opinion in the United States. The article focuses on the analysis of the case of the Iraq War that began in March 2003 during the administration of George W. Bush. This conflict is within the context of the terrorist attacks of September 11, 2001, being a constituent part of the "Global War on Terrorism." The first hypothesis is that initially and reproducing previous historical standards, the war was widely approved by the American population, a process that was prolonged for a few months and influenced decisively to the re-election of Republican president in 2004. As a second hypothesis asserts that, after some time, the mood of public opinion has undergone a shift, reducing the public approval of the war and with the important effect the defeat of the Republicans in the 2008 election. It is expected, therefore, to show how the Iraq War can be divided into two distinct phases, with the first bonus for the George W. Bush and his fellow Republicans and other liens being from the growing number of U.S. military casualties and the crisis of credibility of the government with regard to the prospects of ultimate victory in the conflict.

Keywords: United States, Iraq War, Public Opinion

¹ Doutor em Ciência Política pela UFRGS, professor de Ciência Política na Universidade Federal do Pampa. Email: superdamin@terra.com.br

Introdução

O artigo² aborda a relação existente entre guerra³ e opinião pública nos Estados Unidos focando o caso da Guerra do Iraque iniciada em março de 2003 e sua influência na popularidade do presidente George W. Bush. Na dinâmica própria de uma democracia representativa sólida e longeva, como usualmente é identificada a norte-americana, parece ser apropriado que a utilização da força militar no exterior venha acompanhada por um correspondente apoio dos cidadãos em relação a essa medida do governo. Quando esse apoio não é obtido a impopularidade do presidente é uma das penas impostas pela opinião pública nacional, levando, em alguns casos, a posteriores derrotas eleitorais. Com isso se quer dizer que há uma relação importante entre o uso da força militar no exterior e a opinião do eleitorado.

Nos Estados Unidos, em especial, a análise - tanto teórica quanto empírica - dessa relação tem sido particularmente possível devido à conjunção de dois fatores decisivos. Em primeiro lugar, por tratar-se os Estados Unidos de um país que se envolveu centenas de vezes em conflitos nacionais e internacionais de dimensões variáveis como guerras clássicas entre Estados formalmente declaradas, conflitos limitados, uso da força militar contra tribos indígenas, bereberes e piratas, intervenções humanitárias, despacho de militares para países em convulsão política, enfim, uma série de categorias beligerantes que demandaram o uso da força militar (GRIMMETT, 2009). Há o que analisar, pois presente uma riqueza de casos passíveis de serem investigados. Em segundo lugar, há uma tradição de estudos iniciados nas primeiras décadas do século XX de realização de pesquisas quantitativas de tipo *survey* que têm mensurado, por exemplo, a opinião dos eleitores acerca do apoio ou não à utilização da força militar no exterior. A expansão desse tipo de metodologia se deu precisamente depois da II Guerra Mundial, com a chamada “revolução *behaviorista*” na ciência política norte-americana como reação ao velho institucionalismo.

Desses dois componentes pode-se asseverar que há o fato empírico (a guerra, a utilização do aparato militar no exterior) e a possibilidade de medir, *ex* ou *post ante*, seus desdobramentos do ponto de vista da opinião pública (pesquisas quantitativas que medem e

² A pesquisa que redundou no artigo foi financiada pelo CNPq.

³ Ao longo do texto utilizamos um conceito amplo e aberto de “guerra” para não nos limitarmos apenas aos episódios em que os Estados Unidos se envolveram em beligerância contra Estados nacionais, por exemplo, e a partir da aprovação de uma declaração de guerra pelo Congresso. Nesse sentido, utilizamos “guerra” como algo mais amplo que se poderia definir como a utilização da força militar norte-americana no exterior.

acompanham as percepções dos eleitores), daí derivando a possibilidade de realizar um estudo tal qual nos dispomos a empreender aqui.

A proposta do artigo é restringir a análise à Guerra do Iraque iniciada em março de 2003 durante a administração do presidente republicano George W. Bush. Esse conflito, que demandou a utilização da força militar no exterior, insere-se no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington e, junto com a intervenção no Afeganistão em outubro de 2001, é parte constitutiva da chamada “guerra global contra o terrorismo” (PECEQUILO, 2012). Trata-se de um estudo de caso inserido em um contexto específico, investigando-se o patamar de popularidade do presidente, da guerra, e de nuances segundo distintos grupos de eleitores.

Para esse caso trabalhamos com duas hipóteses. A primeira delas afirma que inicialmente, (e) reproduzindo padrões históricos anteriores, a guerra foi amplamente aprovada pela população norte-americana gerando um *rally point*, processo que se prolongou por alguns meses e influenciou para a reeleição do presidente republicano nas eleições de 2004. Como segunda hipótese assevera-se que, passado algum tempo, o humor da opinião pública sofreu uma inflexão, diminuindo a aprovação popular à guerra e tendo como importante desdobramento a derrota dos republicanos já nas eleições congressuais de 2006 e, mais fortemente, na eleição presidencial de 2008, com o conflito ainda em curso.

A partir dessas hipóteses, portanto, espera-se mostrar como a Guerra do Iraque pode ser dividida em duas fases distintas, sendo a primeira de bônus para o governo de George W. Bush e seus correligionários republicanos e a outra de ônus a partir da crise de credibilidade do governo no que concerne às perspectivas de vitória definitiva no conflito. A primeira fase propiciou a reeleição de George W. Bush; a segunda produziu a eleição do democrata Barack Obama.

O artigo, além desta Introdução, foi dividido em três partes básicas. Na primeira delas abordamos a relação entre guerra e opinião pública nos Estados Unidos, tecendo considerações sobre alguns de seus pressupostos e aspectos teóricos. Na segunda parte analisamos o caso da Guerra do Iraque, desde sua decisão, em março de 2003, até janeiro de 2009, término do segundo mandato de George W. Bush e início da primeira gestão de Barack Obama. Nesse ponto testamos nossas hipóteses já referidas anteriormente. Na terceira parte traçamos rápidas considerações finais sobre os assuntos tratados ao longo do texto.

Opinião pública e guerra nos Estados Unidos

John Adams, um dos colonos revolucionários, teria observado certa feita que na Nova Inglaterra quase todos os homens eram alfabetizados, sendo que “um iletrado era tão raro quanto um jacobita ou católico” (HIMMELFARB, 2011, p. 272). A educação fundamental, nessas colônias, era assegurada por lei. Essa importância destinada à educação, seja elementar ou superior, era lastreada pela noção compartilhada entre os fundadores da nação de que a ignorância era uma poderosa aliada da tirania (HOFSTADTER, 1989). A tirania, portanto, seria um produto da falta de instrução dos indivíduos, da ausência de capacidade de discernimento e de tomada de consciência e juízo próprio. É com a Revolução norte-americana, destaca Wood (2003), que nasce a obsessão nacional pela educação.

O fato de os colonos serem, à época, instruídos, marcou profundamente a história do país. Sua educação foi fundamental para que existisse a possibilidade de circulação de ideias, informações e teorias, bem como sua reprodução na sociedade colonial. A culminância de todo esse processo, escreveu Adams, seria a eclosão da Revolução nas últimas décadas do século XVIII, um processo não restrito à guerra em si. Ao tratar de um processo de ‘esclarecimento’, escreveu:

O que queremos dizer com a Revolução? A guerra? Isso não foi parte da Revolução; foi apenas um efeito e consequência dela. A Revolução estava nas mentes das pessoas e foi levada a cabo de 1760 a 1775, no curso de quinze anos, antes que uma gota de sangue fosse derramada em Lexington.

Os registros de treze legislaturas, os panfletos, jornais em todas as colônias deveriam ser consultados durante aquele período para averiguar os passos pelos quais a opinião pública foi esclarecida e informada no que diz respeito à autoridade do Parlamento sobre as colônias. (ADAMS *apud* BAYLIN, 2003, p. 23).

John Adams nos fala precisamente de um processo de formação da opinião pública realizada para que um evento tão extraordinário quanto a Revolução que cortou os laços de dependência política com a Coroa inglesa pudesse ocorrer e se sustentar com o apoio da população colonial. Que não fosse, portanto, obra de uma minoria, ou, ainda, de “cima para baixo”, mesmo que aqui se deva ponderar que nas colônias a ideia de cidadania estava fortemente associada à condição proprietária dos homens, além de existir escravidão e exclusão das mulheres na vida política formal. Antes da guerra propriamente dita, portanto, os colonos teriam assimilado ideais revolucionários através de distintos meios.

“Os líderes da Revolução norte-americana”, salienta Baylin (2003, p. 23), “escreviam fácil e amplamente e produziram, no espaço de uma década e meia e a partir de um pequeno número de editoras, uma rica literatura de teoria, argumento, opinião e polêmica”. Isso apenas foi possível, em grande parte, porque a imprensa já se encontrava presente na vida colonial desde pelo menos o final do século XVII. O primeiro jornal surgido na América foi o *Publick Occurrences* que, publicado sem autorização em 1690, foi empastelado pelas autoridades régias, seu editor preso e todas as cópias destruídas (BARAN, 2010). O primeiro jornal a ser tolerado pelo governo colonial surgiu pouco depois, em Boston, em 1704, e era chamado de *Boston New-Letter*. Ao fim da guerra revolucionária na América já se publicavam 43 jornais impressos.

Baylin (2003), analisando o papel desses veículos de comunicação nesse momento decisivo para a história das colônias, destaca que neles permeavam textos argumentativos no formato de cartas, discursos, sermões e documentos oficiais. Textos também era publicados através de volantes contendo pequenos ensaios, surgindo nos mais diferentes locais das colônias. Nos almanaques também se podiam verificar textos políticos. O grande destaque, contudo, eram os panfletos, livretos de tamanho e formato variável, com suas páginas costuradas, desprovidos de capa e vendidos a preços módicos. Um dos mais famosos panfletos foi o *Common Sense*, escrito por Thomas Paine e que expressava seu desejo pela independência das colônias. Através dos panfletos, “o leitor é conduzido por meio de argumentos, não de imagens. Os panfletos têm o objetivo de persuadir” (BAYLIN, 2003, p. 38). Panfletos foram essenciais para a revolução no sentido de que, escritos em linguagem acessível, universalizavam os argumentos da elite que desejava a independência.

Memorável também foi o debate quando da ratificação da Constituição da União após o interregno da Confederação. Nesse debate os jornais norte-americanos publicaram argumentos contra e pró a União, em um duelo político que opôs anti-federalistas e federalistas, respectivamente. Artigos de intelectuais anti-federalistas apareceram nos jornais de Nova York em 27 de setembro de 1787 assinados por *Cato*, pelo que foram respondidos a partir de 27 de outubro do mesmo ano por *The Federalist* (KESLER, 1999). Muitos outros artigos federalistas escritos por John Jay, Alexander Hamilton e James Madison foram publicados na imprensa norte-americana e transformados em livro em 1788. Marcaram época no sentido de influenciar a opinião pública nacional para que os estados ratificassem a Constituição da União proposta, explicando seus dispositivos e esclarecendo

as modificações que seriam empreendidas com o fim da Confederação e a adoção da União com sistema presidencialista, federalista e bicameral (GARGARELLA, 2006)

Tocqueville (1994), escrevendo na era da chamada “América jacksoniana”, em 1830, cuja característica foi a explosão do número de jornais publicados no país devido a avanços na tecnologia de impressão, também analisou a influência da imprensa da vida comunitária. Na sua acepção os jornais serviriam como conselheiros para os temas do dia a dia, apresentando-os de forma breve aos indivíduos. O francês propõe, na realidade, uma relação direta entre jornais e vida associativa, diagnosticando que “jornais fazem associações e associações fazem jornais” (TOCQUEVILLE, 1994, Livro II, p. 112, tradução nossa). Como as associações exerciam um papel essencialmente local para conter o chamado despotismo de um novo tipo (a “tirania da maioria”), e se multiplicavam freneticamente na América daquele tempo, os jornais também se reproduziram nesse espírito descentralizador. Associações e jornais, nesse sentido, seriam um dos sustentáculos para o exercício da liberdade, pois produziriam argumentos, teses e defenderiam valores que seriam compartilhados pela comunidade como um todo ou, mais restrito, por grupos sociais ou políticos específicos.

Na sentença de Tocqueville (1994, Livro II, p. 113, tradução nossa), “um jornal apenas pode sobreviver se publicar opiniões e princípios comuns a um grande número de homens”, o que significa também dizer que “um jornal, portanto, sempre representa uma associação que é composta por seus leitores habituais”. Jornais, sob essa ótica, fragilizariam as tendências centralizadoras do país de modo a fortalecer a opinião pública local, garantindo o exercício da liberdade pelas minorias organizadas e uma contenção de arroubos autoritários do governo central. Em 1850, para ter-se uma ideia, o censo catalogava 2.526 jornais circulando nos Estados Unidos.

O que se desejou dizer até agora é que um traço distintivo dos Estados Unidos, afora seu sistema político, é o papel desempenhado pela opinião pública naquele país e de quais foram os meios principais para sua formação. Um fator que ajuda a compreender esse processo é precisamente o fato de que os saberes da leitura e da escrita já eram praticamente universalizados no período pré-revolucionário o que facilitou a circulação de informações, por exemplo, acerca das medidas opressivas levadas a cabo pelo rei inglês contra as colônias. Através de canais possíveis de comunicação, como o espaço dos jornais e a publicação de panfletos, intelectuais revolucionários expandiam seus argumentos para o estrato cidadão da colônia.

Dos panfletos e jornais avançou-se, nesse processo de formatação dos canais para a formação da opinião pública nacional, para a influência primeiro do rádio no início do século XX e, depois, da televisão na segunda metade. Os jornais, contudo, mantiveram um lugar de destaque, especialmente em função da frequência com que eram manuseados – no período compreendido entre as décadas de trinta e quarenta uma média de 80% dos norte-americanos liam um jornal diariamente (BERINSKY, 2009). Já em 1940, oito em cada dez domicílios possuíam um rádio, veículo que tendeu a assumir uma importância maior nas décadas seguintes na opinião pública devido, sobretudo, a ter se tornado um eficiente meio para tomar conhecimento do que ocorria na Segunda Guerra Mundial. A televisão foi algo que se popularizou na década de 1960, momento em que 90% das residências possuíam um aparelho desse tipo. A Guerra do Vietnam, influenciada pela massificação da televisão, é considerada como a primeira “guerra da sala de estar” (ARLEN, 1982), acompanhada pelo público através de imagens.

A exemplo do que ocorreu com os jornais, estações de rádio e emissoras de televisão se expandiram para o interior do país formando um complexo e descentralizado mosaico midiático.

A esses três veículos – jornal, rádio e televisão – agregou-se, a partir das primeiras décadas do século XX, uma ferramenta de medição das predisposições, sentimentos e valores da opinião pública. Tratam-se das pesquisas quantitativas, primeiramente desenvolvidas na Universidade de Chicago no período entre guerras e, depois, ampliadas na de Michigan e Columbia (ALMOND, 1998). As pesquisas empíricas realizadas nesse primeiro período são, na Academia norte-americana, criticadas por serem pesquisas não probabilísticas por cotas. A consolidação, inclusive científica, desse tipo de pesquisa ocorre em um segundo momento, depois da Segunda Guerra Mundial. Conforme informa Berinsky (2009) foi fundamental nesse processo uma mudança da metodologia, abandonando-se a amostra por cotas para a probabilística, até hoje o paradigma utilizado pelas empresas da área no país. Tem-se, portanto, mais de meio século de pesquisas quantitativas probabilísticas nos Estados Unidos.

Jornais, rádios e televisões podem, em muitos casos, vocalizar apenas a tendência predominante de seu editorial, dos posicionamentos políticos e ideológicos de seu proprietário que, por sua vez, ao corresponderem ao perfil de seu leitor, retroalimentam suas próprias visões de mundo. No caso das pesquisas quantitativas, ao contrário, tem-se pela primeira vez a mensuração mais “objetiva”, acompanhada de uma metodologia

científica apropriada. A partir disso, a mensuração da opinião pública que antes se dava a partir de jornais, da opinião de seus columnistas, da força das estações de rádio e de televisões, e que também poderia ser realmente auferida durante as eleições regulares, passou a ser feita de modo frequente, introduzindo um novo elemento na democracia norte-americana. Este novo componente serviu, em grande parte, como um aperfeiçoamento para os governantes, inclusive do ponto de vista do uso da força militar, tema deste artigo. Seria, pois, possível saber qual efetivamente a tendência do eleitorado em relação a determinado assunto, como uma intervenção militar.

No sentido dado por Rosenfield (2008, pp. 3-4), “a democracia está baseada na formação da opinião pública, que termina presidindo as decisões majoritárias”. Disso decorre que, com as “enormes transformações que sofreram os meios de comunicação”, particularmente sua massificação e presença na vida cotidiana dos indivíduos, “a democracia se define, cada vez mais, pelo governo da opinião pública”. Hoje em dia poderíamos afirmar que a opinião pública, nos Estados Unidos é medida em *real time*, notadamente a partir de pesquisas por telefone e que demandam pouco tempo para serem realizadas. Os Estados Unidos tornaram-se como que uma “potência” nessa área, irradiando métodos científicos de apreensão da opinião de sua população.

Do que já tratamos até aqui podemos chegar a duas sentenças. Na primeira podemos afirmar que os Estados Unidos tem como traço histórico e cultural a força da opinião pública como variável que influencia nas decisões do governo. Por segundo, que contemporaneamente a mensuração da opinião pública é feita a partir do acompanhamento de pesquisas quantitativas representativas do todo populacional. Jornais, rádios e televisões cumprem um papel essencial de formação da opinião pública, mas não mais representam o centro da mensuração, já que esta passou, com a adoção das pesquisas, para os cidadãos adultos. Com isso não se quer dizer, de modo algum, que os veículos de comunicação não formam a opinião pública, mas simplesmente que esses veículos e seus representantes não representam de modo presumido o que, por exemplo, a maioria dos cidadãos pensa. Essa informação se dá, pois, a partir da realização de pesquisas de opinião pública, tratando-se de uma realidade estrutural que parece irreversível.

Nesse artigo interessa-nos a mensuração da opinião pública norte-americana em momentos de crises internacionais, e particularmente o caso da Guerra do Iraque iniciada em março de 2003. Coerente com a noção por nós exposta de medição da opinião pública, deixamos de lado o que editoriais de jornais, rádios e outros veículos de comunicação

expressaram ao longo do período e focamos no exame de pesquisas de opinião pública divulgadas na mídia norte-americana.

No início da década de 1970 publicou-se um trabalho clássico sobre essa relação que estamos a tratar no artigo. Mueller (1973), através da análise de *surveys* relacionados à II Guerra Mundial, da Coreia e do Vietnã mapeou a existência, nesses momentos, de um fenômeno associado à popularidade dos presidentes. O autor diagnosticou que, em eventos típicos, ocorria uma súbita alteração positiva da aprovação dos ocupantes da Casa Branca, processo que denominou de *rally point*. Segundo definiu:

Em geral, um *rally point* deve estar associado com um evento que 1) é internacional e 2) envolve os Estados Unidos e particularmente o presidente do país diretamente; e que deve ser 3) específico, dramático e focalizado. (MUELLER, 1973, p. 209, tradução nossa).

A utilização das forças militares no exterior configura possibilidades reais para a efetivação de um *rally point* devido a alguns fatores. O primeiro deles é precisamente o de que, nestes casos, o país ao ser confrontado com alguma ameaça tende a fechar-se em si mesmo no sentido de fomentar consensos internos. Há presente aqui a noção de patriotismo, que em alguma medida funda o chamado *rally-round-the-flag*, um tipo específico de *rally point* ligado a eventos internacional (MUELLER, 1973; HETHERINGTON E NELSON, 2003). O sentimento patriótico teria o condão de unir deliberadamente e mesmo que de forma temporária os cidadãos, jogando-os como que “nos braços” do governo. “A reação do cidadão comum incluirá um sentimento de patriotismo no apoio às ações presidenciais”, destaca Lee (1977). Outra corrente teórica, contudo, salienta que não é o patriotismo quem preside o *rally point*, mas sim a opinião das lideranças (BRODY, 1991). Sob essa ótica, salienta-se que nestes momentos de confrontação da nação os líderes do país, dentre os quais jornalistas e partidários, não manifestam um desejo de criticar o governo ou suas ações. A partir dessa condição é que os cidadãos restariam condicionados a um ambiente de informação em que nada leem, assistem ou ouvem no que se refere a, por exemplo, críticas mais contundentes do papel do governo em determinada crise. O resultado, em termos de opinião pública, tanto da fonte patriótica quanto do apoio das lideranças para o *rally point*, seria o aumento da popularidade do governo estabelecido.

Por segundo, esses eventos internacionais, quando dramáticos, envolvem necessariamente o presidente da República. É ele, nos Estados Unidos, o comandante-em-

chefe das forças armadas e, portanto, visto como o guardião da segurança nacional (ROSSITER, 1976). Contemporaneamente, particularmente depois da Guerra da Coreia, o presidente norte-americano tornou-se o soberano dos poderes de guerra nos Estados Unidos (DAMIN, 2012), o que acabou qualificando-o, conforme assinalou Rossiter (1984), também como o “protetor da paz”. É ele quem detém os meios para defender a nação, muito embora originalmente este poder devesse ser dividido com o Congresso (FISCHER, 2004). De qualquer forma, em momentos de crises internacionais é o presidente quem assume a direção da nação, produzindo a necessidade de que, conforme assinalou Neustadt (1991), ele empreenda um processo de persuasão da opinião pública. O *rally point* seria, segundo Mueller (1973), um dos desdobramentos desta propensão dos cidadãos norte-americanos em seguir seu presidente.

Em momentos decisivos para a nação, portanto, os indivíduos se alinham ao seu presidente, seja em função do patriotismo, seja em função do clima opinativo favorável às suas ações. Esse foi o quadro que se apresentou em distintas ocasiões como na II Guerra Mundial, Guerra da Coreia, do Vietnã, Primeira Guerra do Golfo e intervenção no Afeganistão, para citar apenas alguns exemplos (MUELLER, 1973; HETHERINGTON E NELSON, 2003). A opinião pública, contudo, não é algo que se poderia considerar como estático e, conforme já referimos, um *rally point* é, por definição, temporário, dissipando-se usualmente em alguns dias ou poucas semanas. Operacionalmente, sua ocorrência é medida observando-se o padrão presidencial de aprovação anterior ao evento extraordinário e o tamanho da flutuação positiva dessa mesma popularidade. Sua duração é demarcada até que o presidente volte ao padrão anterior de popularidade.

O presidente Franklin Roosevelt, por exemplo, presenciou um crescimento de 12 pontos percentuais em sua popularidade depois do ataque japonês a *Pearl Harbor*, John Kennedy incrementou seu apoio em 12 pontos durante a Crise dos Mísseis, na década de 1960, e George H. W. Bush oscilou positivamente 14 pontos em sua popularidade no episódio envolvendo a invasão do Kuwait pelo Iraque e que demandou a realização de uma guerra no início dos anos noventa, a Primeira Guerra do Golfo (EPSTEIN, HO, KING E SEGAL, 2005). Nada, contudo, é comparável ao momento dos atentados terroristas de Onze de Setembro de 2001. Trata-se do mais intenso, tanto em amplitude quanto em duração, *rally point* já medido nos Estados Unidos.

Note-se que o Onze de Setembro foi um acontecimento contemporâneo único em sua ocorrência, a saber: um ataque direto ao território da nação, particularmente em sua

maior metrópole, por um grupo de terroristas fundamentalistas islâmico, a Al-Qaeda. Conforme assinalou Pecequillo (2005, p. 372), o mundo “assistiu à queda de um mito, o da inviolabilidade do território continental norte-americano”. Intelectuais neoconservadores, ainda durante a década de 1990, denunciavam o engendramento de uma nova e terrível ameaça à hegemonia norte-americana no sistema internacional, sendo ela os *rogue states* simpáticos a grupos extremistas anti-Occidente (KAGAN AND KRISTOL, 2000). Em 2001 essa simbiose, na perspectiva desse grupo, havia então se manifestado de forma trágica vindo a redundar no Onze de Setembro arquitetado por terroristas abrigados no Afeganistão, país que sofreu intervenção norte-americana poucas semanas após a destruição do *World Trade Center*.

O ineditismo dessa ação acabou por amedrontar a sociedade norte-americana, catapultando os níveis internos de percepção de insegurança a patamares jamais vistos. Os Estados Unidos são reconhecidamente uma “República de emergências” (WEIDA, 2004), mas os atentados de Onze de Setembro constituíram-se em uma emergência de novo tipo, muito mais alarmante que uma guerra direta porque o inimigo não possuía um rosto discernível, não usava uniforme e se organizava a partir de células. Sua capacidade de impor o medo e o terror, ao mesmo tempo, mostrava-se significativa.

E esse novo tipo de emergência, com suas características distintivas, acabou se traduzindo na criação de uma aura de insegurança na nação, forjando, conforme já destacamos, um inédito aumento da popularidade do presidente. No resultado de pesquisa realizada pelo instituto *Gallup* entre os dias 7 a 10 de setembro, anteriormente, portanto, aos atentados, 51% dos norte-americanos diziam aprovar o trabalho do presidente de então George W. Bush ao passo que 39% desaprovavam. O quadro alterou-se fortemente na pesquisa realizada entre 14 e 15 de setembro. Nesta, 86% dos norte-americanos avaliavam positivamente o trabalho do presidente ao passo que opiniões em contrário caíram para módicos 10%. O *rally point* foi de 35 pontos percentuais, tendo perdurado até a pesquisa *Gallup* de 19 a 21 de setembro de 2003. Este *rally*, portanto, perdurou por vinte e quatro meses ininterruptos. Sua ocorrência também produziu ganhos eleitorais extraordinários nas eleições congressuais de 2002 com o partido republicano aumentando o número de deputados e recuperando o controle do Senado. Conforme Pecequillo (2005, p. 406), Bush tornou-se o “primeiro governante, desde 1934, que não perdeu cadeiras na Câmara e no Senado” durante o pleito do meio do mandato.

Nas distintas teorias produzidas sobre o poder presidencial nos Estados Unidos, a de Samuel Kernell destacou que uma transformação havia iniciado em meados dos anos sessenta e culminado nos anos oitenta e que atingia diretamente a figura do presidente da República (MORRIS, 2012). O autor destaca uma mudança importante da natureza do poder presidencial nesse período produzida, em boa parte, pela inserção da televisão no cotidiano dos cidadãos. A popularização desse veículo de comunicação teria impelido o presidente a *going public*, ou seja, a buscar para além dos canais institucionais (apoio de líderes partidários no Congresso, por exemplo) o apoio suficiente para que suas políticas sejam aprovadas. A televisão tornou-se mais uma ferramenta para o presidente exercer poder sobre a formação da opinião pública. Isso significa dizer que ao buscar o público o presidente empreenderia uma pressão indireta, através dos eleitores, para, por exemplo, que congressistas apoiem políticas públicas de seu governo.

Em momentos de crise que envolvam aspectos de política externa o presidente igualmente tem utilizado a televisão falar diretamente ao eleitorado e usualmente apela no sentido de união das forças políticas e sociais do país para conter essa mesma crise. Foi assim após os atentados de Onze de Setembro, com o início da intervenção no Afeganistão em outubro de 2001 e também com o início da Guerra do Iraque no primeiro trimestre de 2003. Em geral o público atendeu à retórica presidencial (ao contrário, por exemplo, do que se verificou recentemente na aparição pública de Barack Obama em que anunciava uma possibilidade de intervir na Síria), fornecendo amplo apoio popular a seu governo e diminuindo vozes discordantes entre os líderes partidários da oposição. Esses eventos extraordinários ocorridos durante o mandato de George W. Bush potencializaram a estratégia do *going public* que, não obstante sinais iniciais de sucesso, tornou-se totalmente ineficaz especialmente depois das eleições presidenciais de 2004 quando, então, a curva ascendente da impopularidade do presidente e de sua guerra no Iraque impediram um papel mais persuasivo do seu do ponto de vista da formação da opinião pública. É o que será abordado na seção seguinte.

O caso da Guerra do Iraque

Nessa parte do artigo procedemos à análise da Guerra do Iraque do ponto de vista da opinião pública norte-americana mensurada por meio de pesquisas quantitativas realizadas desde o início de 2003 até janeiro de 2009, marco da saída de George W. Bush da Casa Branca após dois mandatos presidenciais. Um dos pressupostos do trabalho é o de

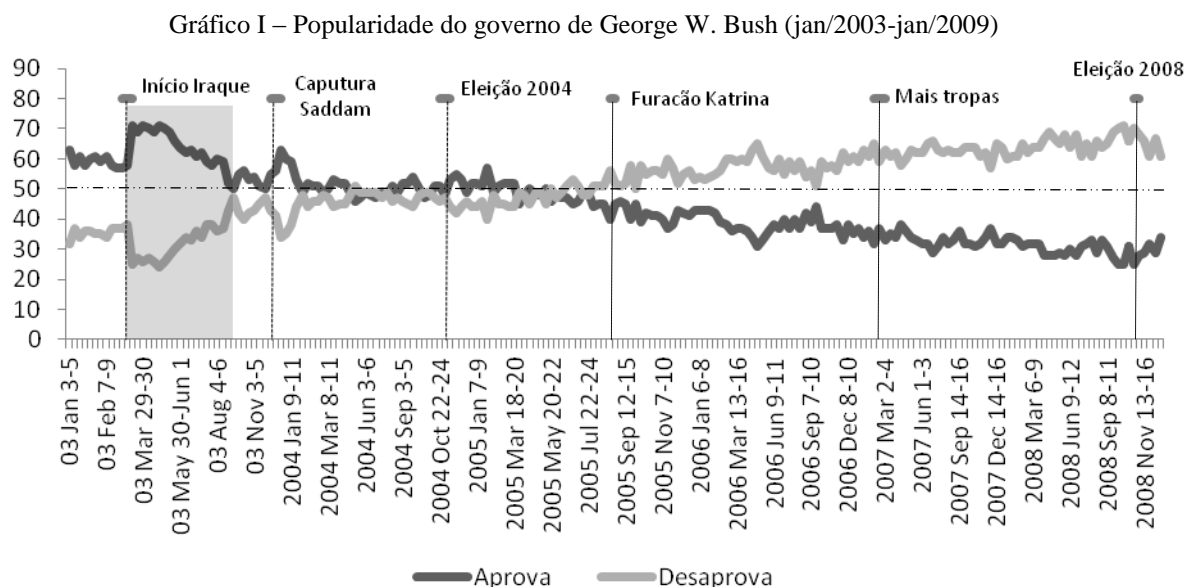
que a guerra do Iraque é uma importante variável explicativa para a popularidade da gestão de George W. Bush de 2003 a 2009 com potencial para explicar vitórias e derrotas eleitorais.

A Guerra do Iraque, iniciada na segunda quinzena de março de 2003, pode ser considerada como um evento típico para a geração de um *rally-round-the-flag*. Vale destacar, adicionalmente, que é um *rally point* dentro de outro já andamento, aquele produzido pelo Onze de Setembro de 2001. Isso significa dizer que a popularidade do presidente, em março de 2003, ainda estava acima dos níveis de popularidade anteriores aos ataques terroristas. Leva-se em conta essa situação, mas, para fins de nossa análise, consideramos a Guerra do Iraque como um caso *independente* no sentido de possibilitar demarcar um recorte claro de popularidade do governo a fim de operacionalizar o *rally effect* desse uso da força militar.

No Gráfico I podemos visualizar a trajetória da popularidade do trabalho do presidente desde o início de 2003. Podemos iniciar a análise a partir da identificação de um *rally point* em meados de março, período do início da intervenção militar anglo-americana no Iraque. A guerra tem seu início no dia 20 de março de 2003, após a autorização dada ao presidente pelos congressistas norte-americanos. A pesquisa *Gallup* realizada entre os dias 14 e 15 de março indicava uma popularidade do presidente na ordem de 58%, contra 38% de opiniões negativas sobre seu trabalho. Consideramos, pois, esse o patamar “normal” de então. O primeiro levantamento realizado após o início das operações militares, com campo entre 22 e 23 de março, diagnosticou que 71% dos cidadãos adultos aprovavam o governo de George W. Bush, ao passo que 25% desaprovavam. Estava, pois, configurado um *rally point* traduzido pelo crescimento de 13 pontos percentuais na popularidade do presidente. O crescimento foi significativamente menor que aquele observado nos ataques terroristas de 2001, especialmente porque o patamar de aprovação do presidente republicano já era significativamente elevado, próximo dos 60%. Daí deriva a noção de haver uma tendência de quanto maior a aprovação “normal” dos presidentes, menores serem os patamares de crescimento súbitos de suas popularidades (BAUM, 2002).

Este *rally point* perdurou até a pesquisa realizada entre 8 e 10 de setembro de 2003, momento em que a popularidade de Bush retrocedeu para 52%, enquanto que sua desaprovação cresceu para 43%. Em termos temporais o *rally-round-the-flag* estendeu-se por quase cinco meses, quando, então, voltou-se à normalidade anterior ao início da

intervenção. No Gráfico I a área rasurada indica a duração do *rally point* ao qual estamos nos referindo.



Fonte: GALLUP, 2009. Elaboração do autor. Pergunta: "Do you approve or disapprove of the way George W. Bush is handling his job as president?"

Além deste, podemos discernir no gráfico um *rally point* secundário. Trata-se da captura do então ex-ditador Saddam Hussein em um buraco em Tikrit, sua terra natal, a 14 de dezembro de 2003. Pesquisa *Gallup* realizada de 11 a 14 de dezembro indicava que a popularidade de Bush era de 56%, tendo crescido para 63% no levantamento de 15 a 16 do mesmo mês. Esse segundo *rally effect* teve uma duração de poucas semanas, já que no *survey* de 12 a 15 de janeiro de 2004 Bush apresentava uma popularidade de 53%.

É interessante notar que, após a diluição desse segundo *rally point* e até as eleições presidenciais no final de 2004, por diversas vezes as linhas de aprovação e desaprovação se tocam, e por vezes o "aprova" assume, mesmo que timidamente, a dianteira, ao mesmo tempo em que em determinadas pesquisas o "desaprova" também emerge como opinião majoritária. Viveu-se, em certo sentido, um momento de turbulência na popularidade do presidente. Mas George W. Bush sobreviveu à disputa de 2004, reelegendo-se para mais um mandato.

A eleição de 2004 foi disputada por George W. Bush, o incumbente em busca da reeleição, e John Kerry, senador escolhido pelas primárias do Partido Democrata. A oscilação da popularidade do governo em ano eleitoral, a sensação de insegurança que permeava o cotidiano dos norte-americanos, além de problemas econômicos internos

produziu entre os estrategistas republicanos o temor de que o segundo mandato não fosse conquistado (PECEQUILO, 2005). Líderes opositores, por sua vez, apostavam que havia possibilidade reais de derrotar os republicanos e retomar inclusive a presidência do Poder Legislativo. Esses fatores, contudo, se revelaram insuficientes para derrotar George W. Bush e, bem manejados pelos republicanos – particularmente a manipulação do medo interno – favoreceram a estratégia reeleitoral de Bush.

Conforme sintetizou Pecequilo (2004) durante aquele período eleitoral,

Embora a popularidade de Bush esteja relativamente baixa, situando-se em torno de 45-50%, quase mais de 60% dos americanos ainda acreditam que os republicanos estejam mais preparados para combater o terrorismo do que os democratas. Paradoxalmente, quanto mais se reforça o medo, com a elevação dos níveis de alerta nas principais cidades e centros financeiros americanos, melhor se posicionam os republicanos. A mudança possível de liderança de Bush para Kerry é vista com desconfiança por parte do eleitorado, situação que é explorada pela Casa Branca. Os republicanos usam da justificativa de que o risco ainda ameaça os EUA porque a guerra antiterror está no começo e será de longa duração e Bush é aquele que melhor a conhece. (PECEQUILO, 2004, p. 5).

Mesmo competitiva a candidatura de John Kerry foi prejudicada, segundo Pecequilo (2006, pp.12-13), por fatores como a “incapacidade democrata em apresentar propostas concretas” e de “atitudes firmes na guerra contra o terror”, incluindo-se as contradições que marcavam a imagem pública de Kerry. Isso teria favorecido “a renovação da capacidade republicana”. A construção da candidatura de Bush deu-se particularmente a partir de uma imagem de ser ele um “presidente de guerra”, de um conflito inacabado e que precisaria prosseguir com sua liderança.

Em termos de resultado eleitoral Bush amealhou 51% dos votos enquanto que Kerry recebeu 48%. Ao contrário da eleição de 2000, em que o republicano perdeu no voto popular e ganhou no Colégio Eleitoral, ele é reeleito com 58 milhões de votos contra 55 milhões dos democratas. Lastreados pela vitória no Executivo, dos deputados eleitos para a Câmara dos Representantes 232 eram republicanos e 201 democratas, o que garantiu o controle dessa casa Legislativa. A maioria no Senado também fora alcançada, sendo 55 senadores eleitos pelo Partido Republicano e 44 pelo Democrata.

Em retrospecto, eleições presidenciais nos Estados Unidos em tempo de guerra mais beneficiam que prejudicam os incumbentes. Autores como Norpoth e Sidman (2007), ao analisarem essa questão, concluíram que das 18 eleições presidenciais realizadas

durante 11 guerras o partido do presidente ganhou em 12 delas, vencendo, portanto, em 2/3 dos pleitos. Quando consideradas todas as eleições, estando o país travando ou não um conflito no exterior, o partido do incumbente também venceu duas de cada três eleições disputadas. Na eleição de 2004, portanto, Bush reproduziu uma tendência histórica de reeleição do presidente exercendo seu poder enquanto comandante-em-chefe em algum conflito de proporção internacional.

A guerra do Iraque, contudo, afetou a popularidade do presidente de maneira negativa, conforme sustentam Eichenberg e Stoll (2004). Os autores referem-se basicamente à influência das baixas norte-americanas no teatro da guerra. Segundo regressão contemplando o período desde o início da guerra até junho de 2004, a popularidade presidencial acabou sendo “substancialmente afetada” pelas baixas de soldados norte-americanos no conflito, caindo 1% para cada 100 mortes de militares do país no Iraque. Os autores também notam que a questão econômica, nesse período, ainda não estava posta, não exercendo qualquer influência na popularidade presidencial. Também nessa direção o estudo de Karol e Miguel (2007) mostra que, ao contrário de uma impressão geral pós-eleição, as baixas na guerra se traduziram em custos políticos para o presidente durante a eleição, especialmente fora de sua região base eleitoral, o Texas, no Sudoeste do país. Nesse sentido os autores ponderam que a vitória de Bush por uma margem menor que aquela prevista pela maioria dos analistas confirmaria a influência das baixas de soldados no Iraque. Mesmo que a guerra tenha forjado um viés descendente da aprovação do presidente, o estudo de Norpoth e Sidman (2007) indica, também a partir de uma regressão, que a questão do Iraque não prejudicou Bush até a eleição de novembro de 2004 a ponto de impossibilitar sua reeleição. Ainda se traduzia em bônus, não em um ônus, mesmo que estivesse a caminho dessa condição.

Nas pesquisas de boca de urna realizadas pela CNN, nos Estados Unidos conhecidas como *exit polls*, cruzou-se o apoio dos eleitores com a preferência eleitoral. O resultado consta na Tabela I. Na data da eleição a maioria dos entrevistados, 51%, aprovavam a decisão de o país intervir no Iraque, ao passo que 45% desaprovavam. O sentido do voto desses eleitores foi fator importante para garantir a reeleição de Bush já que, entre os que aprovaram a decisão, 85% votaram em Bush e apenas 14% em John Kerry, ao passo que entre aqueles que desaprovaram a guerra, 87% votaram no candidato democrata e apenas 12% no republicano. Se, portanto, naquele novembro de 2004 a maioria estivesse desaprovando a decisão sobre a guerra poderíamos ter um resultado

eleitoral diferente. Esses dados também revelam que o candidato da oposição John Kerry foi incapaz de aglutinar, em sua candidatura, um contingente maior de eleitores que aprovavam a guerra contra o Iraque. Segundo os dados, Kerry acabou sendo percebido em alguma medida pelo público como uma espécie de candidato “anti-guerra”.

Tabela I – Apoio à decisão da guerra e voto na eleição presidencial de 2004

<i>Decisão de ir à guerra</i>	Voto em Bush	Voto em Kerry
Aprova (51%)	85%	14%
Desaprova (45%)	12%	87%

Fonte: CNN EXIT POLLS, 2004.

A vitória republicana acabou fornecendo um último fôlego à popularidade do presidente, proporcionando um aumento discreto da aprovação de seu governo ultrapassando o patamar dos 50% conforme mostra o Gráfico I. A eleição foi realizada em 02 de novembro e, antes dela, Bush possuía a aprovação de 48% dos norte-americanos (em pesquisa feita de 29 a 31 de outubro), crescendo para 53% após a vitória reeleitoral (pesquisa de 7 a 10 de novembro). O republicano apenas observou a diminuição de sua popularidade a patamares inferiores ao anterior ao pleito em levantamento de 21 a 23 de março de 2005, quando, então, a desaprovação a seu governo (49%) superou a aprovação (45%).

A partir de março de 2005 percebe-se uma tendência de queda da popularidade do presidente, mesmo com a guerra contra o Iraque em pleno andamento. Ficava cada vez mais claro que o conflito iria se tornar um fardo para o Partido Republicano e, particularmente, para Bush, já que restou rotulado como a “guerra de Bush” (EICHENBERG, STOLL E LEBO, 2006).

A inflexão definitiva da popularidade do republicano foi diagnosticada pela pesquisa realizada entre 25 a 28 de julho de 2005, pouco mais de dois anos após o início da intervenção no Iraque que derrubou o regime de Saddam. Naquele então o trabalho do presidente era aprovado por 44% dos norte-americanos e desaprovado por 51%, uma tendência de avaliação que iria persegui-lo até o final do mandato em janeiro de 2009. Dentro desse período, aliás, em agosto de 2005, o furacão Kratina, ao destruir *New Orleans*, parece ter acelerado ainda mais a erosão da popularidade do presidente, tornando-se um *antirally* estatisticamente significativo e com coeficiente negativo (EICHENBERG, STOLL E LEBO, 2006).

As notícias sobre o Iraque também foram, nesse período, extremamente negativas, já que a vitória definitiva não se concretizava e as baixas norte-americanas apenas aumentavam. Até julho de 2005 haviam morrido 1.799 militares do país, número que mais que dobraria até julho de 2007 (3.658) e que irá perfazer 4.090 baixas em junho de 2008 (PRO-CON, 2009).

Uma vez cruzada a linha da impopularidade no final de julho de 2005, nada mais recuperou a popularidade do governo republicano, sequer o anúncio feito pelo presidente em fevereiro de 2007 do envio de mais dezenas de milhares de soldados para o Iraque alterou o viés ascendente de sua desaprovação. Escrevendo no final de 2006, Eichenberg, Stoll e Lebo (2006, p. 803, tradução nossa) prognosticavam que “enquanto as baixas continuarem se acumulando e o Iraque continue a conviver com a violência civil, vemos poucas perspectivas de uma recuperação sustentável nos percentuais de aprovação de George W. Bush”. Acertaram.

Desses processos resultou a derrota dos republicanos na eleição presidencial de novembro de 2008, já tendo os republicanos perdido o controle da Câmara dos Representantes e do Senado na eleição legislativa de 2006. A aprovação do governo de George W. Bush era, então, extremamente baixa, 25% na pesquisa *Gallup* de 31 de outubro a 2 de novembro de 2008. A desaprovação, por sua vez, atingia 70%.

Os republicanos, em 2008, disputam a presidência com John McCain, senador e herói de guerra nacional, enquanto que os democratas lançam o também senador por Illinois Barack Obama como desafiante. O cenário, desde o início das primárias partidárias, favorecia uma mudança em Washington. Isso significava, por sua vez, a derrota dos políticos republicanos em geral e, em particular, das políticas executadas por George W. Bush.

Do ponto de vista do posicionamento dos candidatos, Obama representava as políticas “anti-guerra”, particularmente as aventuras bélicas de Bush e dos republicanos. Com a opinião pública sendo francamente contrária à continuidade da guerra no Iraque e à própria decisão inicial de mobilizar as tropas em 2003, além de um parco grau de aprovação do governo federal, o democrata mostrava-se como a alternativa de mudança para boa parte dos eleitores. McCain, ao contrário, restava associado às políticas republicanas econômicas ao nível doméstico e ao “atoleiro” do Iraque na dimensão internacional. Era, pois, o candidato do *status quo*, do presidente mal avaliado, da guerra impopular e da recessão econômica.

Tabela II. Podemos notar que no dia do pleito apenas 36% dos eleitores aprovavam a guerra do Iraque contra quase 2/3 de cidadãos desaprovando. No primeiro grupo de eleitores, 86% votaram no candidato republicano John McCain. Já no segundo grupo, que compunha a maioria do eleitorado, 76% deles sufragaram no democrata Barack Obama, contra apenas 22% no republicano. Note-se, portanto, que ocorreu uma tradução da insatisfação com a guerra no voto em Obama, um candidato de oposição à George W. Bush. Para Jacobson (2009) essa mudança do eleitorado que elegeu Obama refletia o profundo descontentamento com o *status quo* representado pelo legado da administração republicana.

Tabela II – Opinião sobre a guerra contra o Iraque e voto na eleição de 2008

<i>Guerra do Iraque</i>	Voto em Obama	Voto em McCain
Aprova (36%)	13%	86%
Desaprova (63%)	76%	22%

Fonte: CNN EXIT POLLS, 2008.

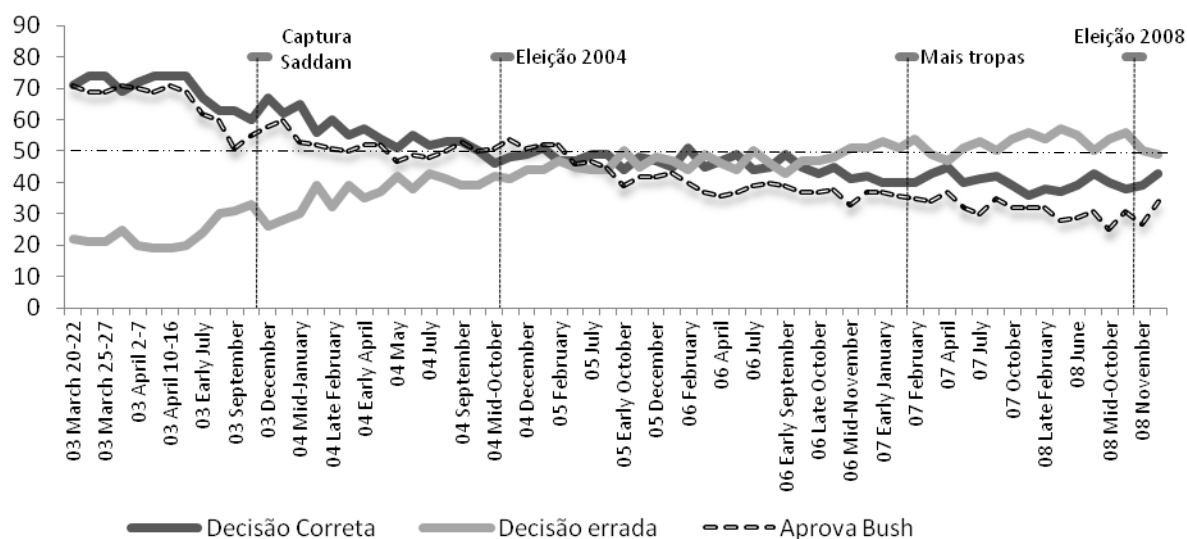
Dentro desse quadro Barack Obama venceu o candidato governista, John McCain, mesmo que este tenha adotado, ao longo da campanha, uma estratégia de desvincular-se da administração impopular de seu correligionário texano. Além da falta de avanços na Guerra do Iraque, a crise econômica começava a atingir os Estados Unidos, fatores considerados como fundamentais para a derrota do *GOP*. Saldin (2008), nesse ponto, salienta que apenas na fase final da campanha de 2008 é que o enfoque econômico tornou-se preponderante, sendo que nos estágios iniciais temas de política externa, notadamente a situação no Afeganistão e Iraque, tiveram papel primordial na campanha.

Conforme nos referimos no início, um dos pressupostos deste trabalho é o de que o entendimento da trajetória da popularidade da administração de George W. Bush, de 2003 a 2009, transita necessariamente pela variável “guerra do Iraque”. Trata-se de dizer que a guerra é uma variável independente que influenciou os percentuais de popularidade do republicano. Obviamente que não é a única, mas uma das fundamentais. Podemos, nesse sentido, analisar o apoio da guerra em compreensão com a popularidade do governo, algo operacionalizado pelo Gráfico II.

Nesse gráfico se pode acompanhar, através de pesquisas do instituto *Pew*, o apoio dos norte-americanos em relação à guerra, ou seja, se foi uma decisão correta ou, ao contrário, errada. Ao todo são considerados 68 *surveys* realizados do início da guerra até

janeiro de 2009. Há, também, uma terceira linha gráfica que corresponde à aprovação presidencial medida pelas pesquisas *Gallup*. Vale destacar que tratam-se de pesquisas realizadas por institutos diferentes, e que por vezes não correspondem aos mesmos dias de coleta de dados. Mesmo assim, realizamos uma justaposição das duas pesquisas que apenas foi possível porque os levantamentos do *Gallup* excedem em muito à frequência daqueles realizados pelo *Pew*. Assim, para cada pesquisa *Pew* há uma *Gallup*, em datas iguais ou, na maior parte dos casos, próximas, ou, ainda, mensais, quando dos resultados das *Gallup* foram extraídas médias.

Gráfico II – Avaliação da decisão sobre o uso da força militar no Iraque (mar/2003-jan/2009)



Fonte: PEW RESEARCH, 2013; GALLUP, 2009. Elaboração do autor. Pergunta: “Do you think the U.S. made the right decision or the wrong decision in using military force in Iraq?”

O gráfico nos mostra uma ampla aprovação inicial do conflito, podendo ser observado um impulso com a captura de Saddam em dezembro de 2003 e, então, uma diluição dessa aprovação ao longo de 2004 com um viés de queda até meados de outubro do mesmo ano. Nas eleições de 2004, vale notar, pesquisa realizada em meados de outubro indicava que 46% dos norte-americanos consideravam que a decisão de intervir no Iraque havia sido correta, contra 42% de opiniões em contrário. Mesmo abaixo dos 50%, uma visão mais positiva ainda poderia ser observada sobre a guerra, reafirmando a noção de que a situação no Iraque, naquele então, ainda permitiu a reeleição de George W. Bush. No gráfico também podemos verificar que há uma zona de indefinição que se estende desde o início de 2005 até os últimos meses de 2006 quando, então, a opção “decisão errada” assume a liderança de opinião entre os norte-americanos, inclusive ultrapassando a marca

dos 50%. Durante o pleito de 2008, por exemplo, 38% consideravam que a decisão era correta, ao passo que 56% que ela era equivocada.

Quando inserimos na análise a linha da popularidade do presidente verificamos que ela segue a mesma tendência de queda do apoio à guerra. Chama atenção que na maior parte do tempo a linha da popularidade encontra-se abaixo da linha de aprovação da guerra. De março de 2003 até julho de 2005 as linhas parecem estar mais emparelhadas, ao passo que deste ponto em diante as diferenças são mais significativas. Poderíamos aventar que um dos motivos para essa situação seria de ordem metodológica, a saber, o fato de que são pesquisas realizadas por institutos diferentes e em datas não rigorosamente coincidentes. Também a pergunta escolhida, se “decisão correta” ou “decisão incorreta” poderia não ser a *proxy* mais recomendável para mensurar a aprovação da guerra, muito embora tenha sido a mais acessível e a que mais vezes foi medida por pesquisas da *Pew*. Mas também se pode argumentar que na maioria dos casos as diferenças se encontram dentro da margem de erro das respectivas pesquisas. De qualquer forma, o caminho trilhado pela popularidade é basicamente o mesmo do trajeto do apoio à guerra, reforçando o entendimento de que a guerra do Iraque é de fundamental importância para explicar a rota descendente de aprovação de Bush, notadamente após 2004.

A literatura sobre a relação entre opinião pública e uso da força militar nos Estados Unidos também tem acentuado as diferenças comportamentais entre eleitores que politicamente se declaram como democratas, republicanos ou, ainda, independentes. Baum (2002) destaca que há uma forte relação entre o apoio dado a um presidente de determinado partido por eleitores identificados com essa mesma sigla. Analisando pesquisas realizadas entre 1953 a 1998 o autor destaca que ao longo desse período medido uma média de 72% de cidadãos auto-declarados como democratas aprovavam o trabalho de um presidente também democrata, sendo que no caso dos eleitores republicanos o apoio médio a um presidente do *GOP* foi um pouco superior, 81%.

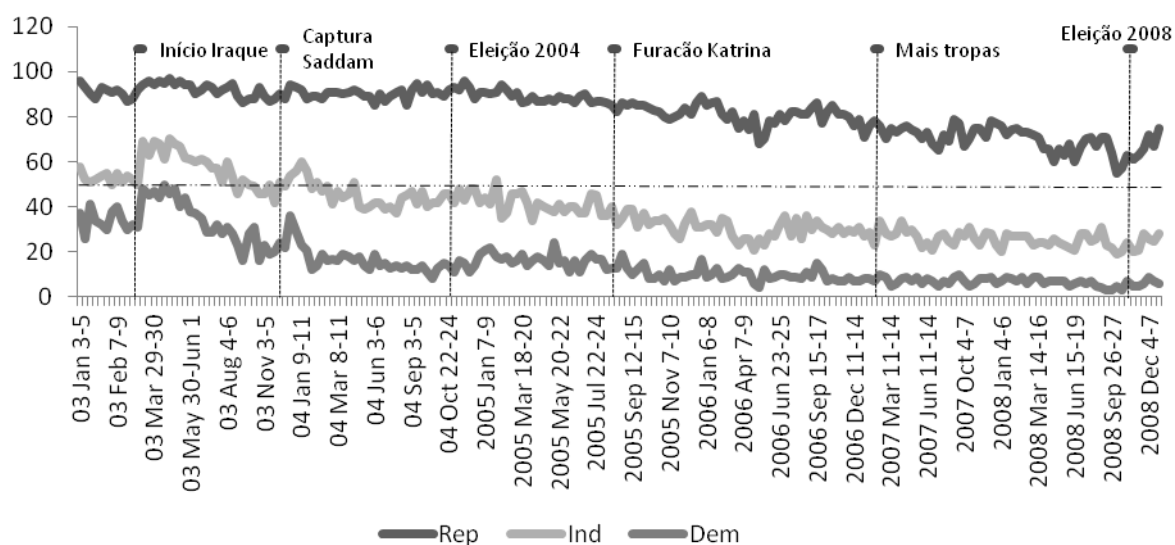
Em termos teóricos Muller (1973) identificou três grupos que respondem de maneira distinta aos momentos de crise e anormalidade do país. O primeiro deles seria o grupo composto pelos *partidários* (*partisan*). A avaliação que esse indivíduos empreendem sobre a situação emergencial seria norteadas por sua identificação partidária assumindo, deste modo, o apoio a opiniões adotadas pela liderança partidária. Por exemplo, se um presidente republicano dá início a uma operação militar no exterior, esse grupo de partidários republicanos forneceria naturalmente o apoio ao presidente. Um segundo grupo

identificado é o dos *seguidores (followers)* cuja principal característica seria o apoio incondicional ao presidente, independentemente de seu partido. Esse grupo seria produto da histórica deferência existente nos Estados Unidos em relação à figura do presidente da República, admirado por sua posição de “chefe de Estado”, alimentando uma lealdade que, em momentos dramáticos, poderia ser exacerbada. Por fim, Muller (1973) sugere a existência dos *crentes (believers)*, um conjunto de cidadão que não estabelecem como critério para o apoio ao presidente a variável partidária ou a admiração pela figura do chefe de Estado. Suas opiniões se dariam de modo mais independente, buscando baseá-las em suas concepções prévias, até mesmo em sua ideologia própria e não modelada por uma doutrina partidária.

A operacionalização prática desses grupos possui algumas limitações em termos de análise e da própria identificação desses eleitores de um modo geral, e também para o caso do Iraque que passamos a examinar por meio do Gráfico III. Para os *partisan* parece não haver maiores problemas, uma vez que pesquisas identificam os eleitores vinculados aos partidos como republicanos e democratas. No caso do Iraque, a linha dos republicanos formaria os *partisan*. A linha dos democratas também compõe o grupo de *partisan*, mas de outro tipo, ligado ao partido político de oposição ao presidente que poderia produzir efeito negativo na popularidade do presidente, a depender da estratégia de suas lideranças. *Seguidores* e *crentes*, por sua vez, são mais difíceis de serem identificados, um problema já constatado por Mueller (1973, p. 116, tradução nossa) quando assentou que esses grupos “às vezes se complementam e às vezes se opõem entre si”. Esta é um das razões de não ser possível, neste trabalho, formular uma linha gráfica com *seguidores* e *crentes*. Tampouco se poderia identificar os eleitores independentes com essas duas categorias, pois teoricamente são fundadas em pressupostos distintos.

Para analisarmos a resposta dos grupos de eleitores à popularidade do presidente durante a guerra no Iraque o Gráfico III apresenta a opinião de republicanos, democratas e independentes. No período pré-invasão as linhas do gráfico permitem diagnosticar que altíssimos percentuais de republicanos aprovavam seu presidente, ao passo que menos da metade dos democratas apoiavam George W. Bush. No “caminho do meio”, com percentuais tocando a linha dos 50% de apoio estavam os independentes que, aliás, formam o maior contingente de eleitores norte-americanos.

Gráfico III – Popularidade do governo de George W. Bush (jan/2003-jan/2009) entre democratas, independentes e republicanos



Fonte: GALLUP, 2009. Elaboração do autor. Elaboração do Pergunta: “Do you approve or disapprove of the way George W. Bush is handling his job as president?”

Uma alteração desse padrão pode, contudo, ser observada com o início da guerra. O apoio entre os democratas cresceu de 31% na pesquisa *Gallup* de 14 a 15 de março para 48% na primeira depois da intervenção (dias 22 e 23). O crescimento anotado foi de 17 pontos percentuais. Já entre os eleitores independentes seu apoio ao presidente pré-guerra era de 50%, tendo sido alterado para 69% nos dias iniciais da campanha no Iraque. O crescimento, nesse grupo, foi de 19 pontos percentuais, superior aos democratas. Relembre-se que o *rally effect* médio quando considerados todos os eleitores foi de 13 pontos percentuais. Entre os republicanos, por sua vez, o crescimento foi pequeno (92% de apoio antes do início para 94%), isso porque o patamar de apoio já era elevadíssimo, acima da casa dos 90%. Esses dados corroboram a hipótese de Baum (2002) segundo a qual opositores e independentes, quando da ocorrência de um *rally event*, possuem uma tendência a promover um crescimento maior de apoio ao presidente que os eleitores identificados com o partido do incumbente, já que apoiadores naturais do presidente. Este *rally* intra-grupos expirou totalmente na primeira quinzena de setembro de 2003, sendo que eleitores republicanos, democratas e independentes apresentaram diferenças de duração. Entre os identificados com o partido do presidente a popularidade de Bush voltou ao “normal” (patamar anterior ao início da guerra) entre 9 e 10 de junho, configurando a menor duração entre os grupos. No caso dos democratas o *rally point* cessou um pouco depois, entre 27 e 29 de junho. Foi entre os eleitores independentes que o *rally* se mostrou mais amplo do ponto de vista longitudinal, existindo até 10 de setembro.

Esses achados se alinham às considerações de Mueller (1973) de que nos momentos iniciais de guerras e crises internacionais, quando é possível mensurar um *rally point*, as diferenças partidárias são menores visto existir a tendência a um forte consenso apartidário em relação ao presidente da República e a suas medidas a serem tomadas para justamente vencer, por exemplo, um inimigo interpretado como um ameaça existencial à nação. Também cumpre salientar que, no caso do Iraque, um maior apoio dos eleitores democratas se deu em função da inexistência, nos primeiros meses de guerra, de uma contestação maior de políticos desse partido em relação à decisão de intervir no Iraque. As linhas do gráfico mostram, nesse sentido, que as diferenças partidárias se apresentaram menores no início do conflito, e que também tiveram alguma proximidade maior durante a captura de Saddam que pode, conforme já mostramos, ser considerado um outro *rally point*. Nos demais momentos há, ao contrário, um fosso significativo de pontos percentuais a separar republicanos de democratas. Note-se, por exemplo, que as poucas vezes em que o apoio dos eleitores democratas ao presidente republicano excedeu aos 50% ocorreram nos meses iniciais do conflito, exibindo, após, uma tendência de queda no apoio ao presidente.

Eleitores independentes apresentaram outra variação de comportamento. A exemplo do que ocorreu com os democratas, esses eleitores elevaram seus percentuais de apoio ao presidente após o início da guerra e na captura de Saddam e, mesmo com tendência de queda, mantiveram um “flerte” com o apoio de 50% até março de 2005. Nas eleições de 2004, conforme podemos visualizar no Gráfico III, o apoio desse grupo ainda não era tão negativo e, por se tratar de um contingente significativo de eleitores, foi fundamental para a reeleição de George W. Bush. Após o primeiro trimestre de 2005, contudo, os independentes se afastaram cada vez mais de um apoio majoritário ao presidente republicano, o que iria auxiliar para as derrotas de Bush nas eleições legislativas de 2006 e presidenciais de 2008.

Do ponto de vista das hipóteses iniciais propostas, nossa análise tende a aceitá-las. Primeiro, porque a Guerra do Iraque pode ser considerada, na trajetória da popularidade dos dois mandatos de George W. Bush, como um *rally point*, um evento internacional capaz de fomentar um súbito incremento da popularidade do presidente, maior entre seus partidários e eleitores independentes e menor entre norte-americanos identificados com os democratas. Esse *rally point* também incidiu sobre as chances reeleitorais do presidente e, mesmo que as baixas de militares no Iraque diminuíssem a propensão a votar em George W. Bush, o republicano conseguiu reeleger-se muito em função da agenda posta sobre

questões de terrorismo e segurança nacional. Nossa segunda hipótese também pode ser acolhida, uma vez que mostrou-se como se processou uma inflexão da opinião dos norte-americanos sobre seu presidente e a Guerra do Iraque, pavimentando o caminho para a derrota republicana nas eleições parlamentares de 2006 e na presidencial de 2008, esta marcada por uma forte rejeição às “guerras de Bush” e sua responsabilidade por enfraquecer a economia do país.

Considerações finais

Nos Estados Unidos “tempos de guerra” historicamente têm favorecido os presidentes, seja incrementando sua popularidade ou fazendo vencer eleições congressuais e reeleitorais. Nesse sentido, por medo, patriotismo ou influência de lideranças, sejam elas colonistas de jornais, comentaristas de televisão ou líderes partidários, os norte-americanos, durante a Guerra do Iraque, forneceram amplo apoio ao seu presidente o que garantiu, em boa medida, sua reeleição em 2004. Bush, que já era o comandante-em-chefe na intervenção no Afeganistão, com o Iraque tornou-se incontestavelmente um *war president*. Mas ser um líder desse tipo, em uma democracia, possui ônus e bônus.

Através da análise de pesquisas de opinião pública pudemos datar historicamente os bônus traduzidos na ampliação da popularidade do presidente, já que a Guerra do Iraque tornou-se, a partir de determinado momento, um dos mais impopulares casos de intervenção militar transformando o governo republicano de então em altamente desaprovado pelo público doméstico. Assim, a Guerra do Iraque nos mostra os “dois lados da moeda” de uma guerra e sua relação com a opinião pública doméstica. Ao mesmo tempo em que a guerra forneceu índices históricos de popularidade ao presidente republicano, foi também a responsável por Bush deixar a Casa Branca como um dos governantes mais desaprovados desde que se começou a mensurar, através de pesquisas, a opinião dos eleitores norte-americanos.

Assim é que a guerra do Iraque deve ser dividida em duas partes básicas do ponto de vista da popularidade do presidente. Na primeira delas, com aprovação do governo em alta, garantiu saldos eleitorais positivos para George W. Bush, pavimentando sua reeleição em novembro de 2004. Na segunda, quando as coisas começaram a dar errado observou-se um período de erosão da popularidade do presidente, de inflexão da opinião pública nacional sobre a guerra de modo a desaprová-la e considerá-la mais como um erro do que como um acerto. Essa fase, que se insinua nos meses seguintes à reeleição de 2004,

provocou a derrota dos republicanos nas *midterm elections* de 2006 e, finalmente, impossibilitou qualquer chance de vitória do candidato republicano John McCain nas presidenciais de 2008, favorecendo, por sua vez, a vitória do democrata Barack Obama.

O fato de a guerra ter restado fortemente ligada a George W. Bush foi, conforme salientamos, uma estratégia que funcionou no curto prazo em termos de popularidade do presidente e de seu governo. Contudo, quando a estratégia de estabilização do Iraque mostrou-se desastrosa e o conflito revelou-se como de difícil resolução, não havendo um prazo para a retirada das tropas norte-americanas, o padrão de popularidade sofreu uma inflexão, prejudicando os republicanos. A guerra em sua fase impopular restou colada a George W. Bush e aos republicanos, sendo que Obama, em 2008, representava justamente o contrário. O senador por Illinois canalizou o voto de insatisfação com a guerra e, também, com a dinâmica econômica interna do país. Obama, nesse sentido, é um presidente que vence a eleição no contexto de uma crise de popularidade de uma guerra. A mesma guerra que, quatro anos atrás, havia reeleito Bush.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel. Political Science: The History of the Discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (ed.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford University Press, 1998, pp. 3-49.

ARLEN, Michael. **Living Room War**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1982.

BARAN, Stanley J.; DAVIS, Dennis K. **Mass communication theory: Foundations, ferment, and future**. Cengage Learning, 2010.

BAUM, Matthew A. The Constituent Foundations of the Rally-Round-the-Flag Phenomenon. **International Studies Quarterly**, v. 46, n. 2, pp. 263-298, 2002.

BAYLIN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru: EDUSC, 2003.

BERINSKY, Adam J. **In time of war: Understanding American public opinion from World War II to Iraq**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BRODY, Richard. **Assessing the President: The Media, Elite Opinions, and Public Support**. Stanford: Stanford University Press, 1991.

CNN EXIT POLLS. **Exit Polls – Election of 2004**. Disponível em: <http://edition.cnn.com/ELECTION/2004/pages/results/states/US/P/00/epolls.0.html>. Acesso em: 10-09-2013. 2004.

CNN EXIT POLLS. **Exit Polls – Election of 2008**. Disponível em: <http://edition.cnn.com/ELECTION/2008/results/polls/#val=USP00p6>. Acesso em: 11-09-2013. 2008.

DAMIN, Cláudio Júnior. A guerra como instrumento do poder presidencial nos EUA: o caso da intervenção na Líbia. **Boletim Meridiano** 47, v. 13, n. 133, p. 19-25, 2012.

EICHENBERG, Richard C.; STOLL, Richard J.; LEBO, Matthew. War President The Approval Ratings of George W. Bush. **Journal of Conflict Resolution**, v. 50, n. 6, pp. 783-808, 2006.

EICHENBERG, Richard; STOLL, Richard. **The political fortunes of war: Iraq and the political standing of President George W. Bush**. London: Foreign Policy Centre, 2004.

EPSTEIN, Lee; HO, Daniel; KING, Gary; SEGAL, Jeffrey. The Supreme Court During Crisis: how war affects only non-war cases. **New York University Law Review**, vol. 80, nº 1, 2005, pp. 1-116.

FISCHER, Louis. **Presidential War Powers**. Kansas: University Press of Kansas, 2004.

GALLUP. **Presidential Approval Ratings -- George W. Bush**. 2009. Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx,%20>. 2009. Acesso em: 10-03-2012.

GARGARELLA, Roberto. Em nome da Constituição: o legado federalista dois séculos depois. In: **Filosofia Política Moderna: de Hobbes a Marx**. São Paulo: USP, 2006, pp. 169-188.

GRIMMETT, Richard. **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798-2008**. Washington: Congressional Research Service, 2009.

HETHERINGTON, Marc J.; NELSON, Michael. Anatomy of the Rally Effect: George W. Bush and the war on terrorism. **Political Science & Politics**, jan. 2003, pp. 37-42.

HIMMELFARB, Gertrude. **Os caminhos para a modernidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

HOFSTADTER, Richard. **The American Political Tradition and the Men who Made it**. New York: Vintage Books, 1989.

JACOBSON, Gary C. The 2008 Presidential and Congressional Elections: Anti-Bush Referendum and Prospects for the Democratic Majority. **Political Science Quarterly**, v. 124, n. 1, 2009, pp. 1-30.

KAROL, David; MIGUEL, Edward. The electoral cost of war: Iraq casualties and the 2004 US presidential election. **Journal of Politics**, v. 69, n. 3, 2007, pp. 633-648.

KESLER, Charles. Introduction. In: HAMILTON, MADISON, JAY. **The Federalist Papers**. New York: Penguin, 2003.

LEE, Jong. Rally Around the Flag: Foreign Policy Events and Presidential Popularity. **Presidential Studies Quarterly**, 7, 1977.

MORRIS, Irwin L. **The American Presidency: An Analytical Approach**. Cambridge University Press, 2010.

MUELLER, John. **War, Presidents and Public Opinion**. Columbus: Educational Publisher, 1973.

NEUSTADT, Richard E. **Presidential power and the modern presidents: The politics of leadership from Roosevelt to Reagan**. Free Press, 1991.

NORPOTH, Helmut; SIDMAN, Andrew H. Mission accomplished: The wartime election of 2004. **Political Behavior**, v. 29, n. 2, pp. 175-195, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. São Paulo: Campus, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Revolução Democrata?. **Boletim Meridiano 47**, v. 7, n. 76, p. 8-14, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, 2ª ed.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush II: a ascensão neoconservadora ou o novo declínio?. **Civitas–Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, 2005a.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush, o Iraque, Kerry e os Democratas. **Boletim Meridiano 47**, v. 5, n. 48, p. 5-8, 2004.

PEW RESEARCH. **A Decade Later, Iraq War Divides the Public**. Disponível em: <http://www.people-press.org/files/legacy-pdf/3-18-13%20Iraq%20Release.pdf>. Acesso em 11-09-2013. 2013.

PRO-CON. **Deaths from the War in Iraq**. Disponível em: <http://usiraq.procon.org/view.resource.php?resourceID=000671>. Acesso em: 12-09-2013. 2009.

ROSENFELD, Denis. **Reflexões sobre o direito à propriedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ROSSITER, Clinton Lawrence. **The Supreme Court and the Commander in Chief**. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

ROSSITER, Clinton. **The American Presidency**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

SALDIN, Robert P. Foreign affairs and the 2008 election. **The Forum**, vol. 6. No. 4. 2008.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy in America**. New York: Everyman`s Library, 1994.

KAGAN, Robert; KRISTOL, William (eds.). **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. San Francisco: Encounter Books, 2000.

WEIDA, Jason Collins. A Republic of Emergencies: Martial Law in American Jurisprudence. **Connecticut Law Review**, vol. 36, 2004, pp. 1397-1438.

WOOD, Gordon. **The American Revolution**. New York: Modern Library Ed., 2003.

Recebido em: Março 2014;
Aprovado em: Agosto 2014.